



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prestação de Contas Eleitorais nº 0600201-12.2024.6.21.0000

Interessado: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE-RS

Relator: DES. ELEITORAL NILTON TAVARES DA SILVA

Meritíssimo Relator.

Trata-se da prestação de contas do PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE -RS, apresentada na forma da Lei nº 9.096/95 e da Resolução TSE nº 23.604/2019.

A Secretaria de Auditoria Interna (SAI) emitiu Parecer Conclusivo, no qual foi recomendada a desaprovação das contas. (ID 45990847)

Posteriormente, a agremiação apresentou razões finais e juntou nova documentação, com o intuito de sanar as falhas apontadas no item 4 do Parecer Conclusivo, a qual se refere à aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário (IDs 45995230 a 45995238, 45995260, 45995261, 45999452 a 45999455).

Na sequência, foi dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

O partido anexou aos autos termo de cessão de uso de veículos, contrato



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

de prestação de serviço, nota fiscal e documentos com descrição de serviços prestados, bem como colacionou diversas postagens nas redes sociais e fotografias na petição do ID 45999453 com o objetivo de sanar as inconsistências apontadas no respectivo item da prestação de contas. No entanto, não há, neste momento, elementos suficientes para uma manifestação de mérito sobre a matéria, a qual demanda análise técnica pela unidade competente dessa Egrégia Corte.

Como os documentos ora trazidos ao feito refogem do conhecimento técnico deste Ministério Público, é de bom alvitre que o órgão técnico desse egrégio Tribunal proceda a uma análise prévia da documentação.

Portanto, devem os autos serem remetidos novamente à SAI para emissão de Exame Após Parecer Conclusivo, a fim de que tecnicamente sejam analisadas as provas anexadas ao processo.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, **requer** que sejam os autos enviados à SAI para reanálise técnica, bem como, na sequência, nova vista do feito, nos termos do art. 40, inc. II, da Resolução TSE nº 23.604/2019.

Porto Alegre, 18 de junho de 2025.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA
Procurador Regional Eleitoral

VG